

PORTARIA Nº 1.280 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Outorga a CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUARA LTDA., o direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes no Córrego dos Saltos

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), no uso das atribuições legais que lhe confere o Parágrafo único do Art. 118, do Decreto Nº 1.599, de 06 de agosto de 2025, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 620, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 29 de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 8985/2026, de 18 de agosto de 2026, do processo nº 5065/2026.

RESOLVE:

Art.1º Outorgar a CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUARA LTDA, CNPJ: 03.689.021/0001-54, doravante denominada Outorgada, o direito de uso de Recursos Hídricos para DILUIÇÃO DE EFLUENTES no Córrego dos Saltos, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG A A-12 – Arinos, Bacia Hidrográfica Amazônica, com a finalidade de Esgotamento Sanitário municipal, atendendo a uma população de 14.000 habitantes, no Município de JUARA/MT, com as seguintes características:

I - **Lançamento de efluentes**, nas Coordenadas Geográficas: Lat.11°16'16" S e 57°31'33" W, com uma vazão máxima de lançamento de 72 m³/h (0,020 m³/s ou 20 L/s), concentração máxima de **DBO de 35 mg/L**, vazão de diluição de **0,15m³/L**. Diluindo/ Lançando: vinte e quatro horas por dia (24 horas/dia), todos os dias do ano.

II - A outorgada deverá realizar mensalmente, o monitoramento da qualidade da água do corpo hídrico, a montante e a jusante do ponto de Lançamento; bem como, da qualidade da água do efluente bruto e do efluente final (tratado), para o parâmetro: **DBO_{5,20°C}**. As análises dos efluentes deverão ser realizadas por laboratório terceirizado, devidamente cadastrado junto ao órgão ambiental.

III A outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos para o monitoramento contínuo das vazões lançadas. Os equipamentos deverão estar instalados e em funcionamento para o Lançamento do Efluente.

IV - Os relatórios, referentes aos monitoramentos mencionados nos incisos II e III, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos anualmente. O prazo máximo para o envio dos relatórios será de até 30 (trinta) dias após o término de cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta Portaria.

V. O ano para efeito de envio de relatórios será contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **01 de setembro de 2031**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Conforme o Artigo 12 no parágrafo I e II do Decreto 336 de 06/06/2007, o Outorgado terá até 02 (dois) anos, para o início da implantação do empreendimento objeto da outorga; e até 06 (seis) anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

Art. 4º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 9º A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10 Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 20 de agosto de 2026.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

CUMPRASE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 27/08/2026
as 15:50:56.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento> informando o código
verificador **ZHQAL46E2** e o código CRC **1CD6B933**.
